



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.ª SL

Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 - Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 60 e 61, respetivamente de 3 e 10 de fevereiro de 2021;

2 - Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

3 - Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.ª (GOV) - «Procede à suspensão excepcional de prazos associados à sobrevida e caducidade de convenção coletiva de trabalho»;

4 - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição, com caráter de urgência, do Presidente do Tribunal de Contas, sobre o relatório intercalar de acompanhamento da medida "lay-off simplificado" e medidas associadas a este apoio;

5 - Deliberação sobre a emissão de parecer e designação de relator para as seguintes petições:

- Petição n.º 182/XIV/2.ª, da iniciativa de Paulo Jorge Pires Rodrigues e outros (6932 assinaturas) - «Pela valorização dos salários dos profissionais da PSP», já admitida na 1.ª Comissão;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- Petição n.º 184/XIV/2.ª, da iniciativa de Telmo André dos Santos Gomes e outros (1735 assinaturas) - «Pelo regresso dos casamentos e cerimónias equiparadas», já admitida na 6.ª Comissão;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- Petição n.º 185/XIV/2.ª, da iniciativa de António José Gonçalves Fonseca e outros (5742 assinaturas) - «Pela criação de um apoio financeiro do Estado para as empresas e empresários de bares, estabelecimentos de bebidas sem espetáculo e estabelecimentos de bebidas com ou sem espaço de dança», já admitida na 6.ª Comissão;

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

6 - Deliberação sobre a admissão e designação do relator da Petição n.º 198/XIV/2.ª, da iniciativa de Bruno Miguel Neves Simões e outros (186 assinaturas) - «Pela alteração do regime de teletrabalho e respetivos apoios sociais»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

7 - Apreciação e votação de relatório preliminar sobre a Petição n.º 183/XIV/2.ª, da iniciativa da Associação Portuguesa de Sociologia e outros (1568 assinaturas) - «Garantir o acesso aberto e plural às atividades de ação e proteção social»; Deputado relator: João Pinho de Almeida (CDS-PP);

8 - Outros assuntos



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.^a SL

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e dando conta do pedido de aditamento de um ponto prévio à Ordem de Trabalhos desse dia, que já transitara da reunião anterior, mais precisamente a discussão e votação da proposta de texto de substituição, apresentada pelos proponentes, do Projeto de Resolução n.º 841/XIV/2.^a (PS) - «Recomenda ao Governo que acione a Rede Social de forma a proceder à identificação das estruturas residenciais não licenciadas, para que os seus utentes e colaboradores possam ser enquadrados no processo de vacinação contra a COVID-19», que baixara à CTSS com conexão à 9.^a Comissão, à qual baixara por sua vez o Projeto de Resolução n.º 814/XIV/2.^a (PSD) - «Recomendações para vacinação de toda a população residente e profissionais nos Estabelecimentos Residenciais Para Idosos (ERPI)», sobre a mesma matéria, com conexão com a 10.^a Comissão.

Assim, tendo a mesma sido aprovada indiciariamente na reunião desse mesmo dia da Comissão de Saúde, e não se verificando nenhuma oposição a que esta matéria fosse apreciada de imediato, foi dada a palavra à Senhora Deputada Helga Correia (PSD) e ao Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS), tendo ambos manifestado que a discussão já havia sido concretizada em reuniões anteriores das duas Comissões, e que se visava outrossim a votação da proposta.

Por sua vez, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) solicitou a desagregação da votação dos dois pontos resolutivos da proposta, já que o seu Grupo Parlamentar (GP) entendia que, ao contrário do previsto no segundo ponto, não seria a criação de uma conta de e-mail que resolveria esta problemática.

Deste modo, submetida a votação, a proposta de texto de substituição foi aprovada, nos seguintes termos:

- **Ponto 1**: **aprovado** por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP;



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.^a SL

- **Ponto 2: aprovado** com os votos a favor do PS, PSD e BE e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do CDS-PP.

Isto posto, entrou-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia:

1 - Apreciação e votação das atas das reuniões n.º 60 e 61, respetivamente de 3 e 10 de fevereiro de 2021;

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

2 - Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A elaboração do parecer do Projeto de Lei n.º 674/XIV/2.^a (PCP) - «Regula as relações de trabalho no exercício profissional da advocacia» foi distribuída ao GP do CDS-PP, que naquele momento ainda não se encontrava presente. A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) pediu para indicar durante aquele mesmo dia se o seu Grupo Parlamentar considerava que a iniciativa deveria ser submetida a consulta pública, pelo período de 30 (trinta) dias, não se verificando nenhuma oposição a essa discussão dos demais Grupos Parlamentares presentes.

O Senhor Presidente divulgou ainda que na semana antecedente haviam baixado à Comissão os seguintes Projetos de Resolução: 929/XIV/2.^a (PEV) - «Prorrogação do prazo de garantia do subsídio desemprego e subsídio social de desemprego», 940/XIV/2.^a (BE) - «Recomenda ao Governo a descentralização das juntas médicas para confirmação e graduação de incapacidade em processo de reparação de doença profissional», 941/XIV/2.^a (Deputada Não inscrita Joacine Katar Moreira) - «Recomenda ao governo a vacinação urgente em todos os lares sem alvará e lares clandestinos, assim como a constituição de um Grupo de Trabalho com o objetivo de repensar o modelo de institucionalização de idosos» e 956/XIV/2.^a (CH) - «Apoio excecional às famílias monoparentais e numerosas».

3 - Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.^a (GOV) - «Procede à suspensão excecional de prazos associados à sobrevida e caducidade de convenção coletiva de trabalho»;



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.ª SL

A redação final da iniciativa em epígrafe foi fixada nos termos propostos e sem votos, registando-se a ausência do GP do CDS-PP.

Ainda antes de se passar ao ponto seguinte, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) solicitou o agendamento para a reunião ordinária da semana seguinte da discussão do Projeto de Resolução n.º 529/XIV/1.ª (BE) - «Recomenda ao Governo que equipare e abranja as forças militarizadas nas condições e regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social das forças militares, procedendo à alteração da Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro», garantindo o Senhor Presidente que se procederia em conformidade.

4 - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição, com caráter de urgência, do Presidente do Tribunal de Contas, sobre o relatório intercalar de acompanhamento da medida "lay-off simplificado" e medidas associadas a este apoio;

A Senhora Deputada Carla Barros (PSD) começou por dar nota que o GP do PSD apresentara o requerimento em apreciação a 10 de fevereiro, acrescentando que o mencionado relatório apontava falhas na implementação deste apoio, indo ao encontro de alguns dos alertas que o seu Grupo Parlamentar enunciara ao longo do tempo, em especial o impacto financeiro da medida nas contas públicas, e bem assim a necessidade de monitorizar o cumprimento eficaz da sua atribuição, para chegar de forma tempestiva a quem efetivamente dele necessitava. Defendeu ser assim importante ouvir o contributo do Tribunal de Contas para avaliar a auditoria e aferir até o que de positivo havia sido feito, o que contribuiria para um exercício otimizado da fiscalização da atividade do Governo pelo Parlamento. Apelou por fim a que os demais Grupos Parlamentares aprovassem esta audição, sublinhando ainda a importância de os apoios serem ajustados à evolução das necessidades.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS), que anunciou que o GP do PS votaria favoravelmente o requerimento, considerando, porém, esdrúxulo que se chamasse o Tribunal de Contas à Assembleia da República para se pronunciar sobre um relatório seu. Defendeu que o interlocutor não deveria ser o



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.^a SL

Tribunal, mas sim o Governo, a quem aliás aquele solicitara esclarecimentos sobre este assunto. De resto, salientou que a medida do «lay-off simplificado» fora a solução encontrada para dar resposta à emergência desencadeada pela pandemia, advogando que nestes casos não se podia impedir a Administração Pública, em particular a Segurança Social, de efetuar o controlo de justiça, equidade e legalidade na atribuição dos apoios, sob pena de estes poderem ser atribuídos a quem deles não carecia.

De novo no uso da palavra, a Senhora Deputada Carla Barros (PSD) reiterou a importância de ouvir o Tribunal de Contas, declarando ainda a vontade de aflorar alguns pontos do relatório, que resultavam da sua leitura. Tomou ainda a classificação esdrúxula do requerimento como um elogio do GP do PS.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se ainda a ausência do GOP do CDS-PP.

5 - Deliberação sobre a emissão de parecer e designação de relator para as seguintes petições:

- **Petição n.º 182/XIV/2.^a, da iniciativa de Paulo Jorge Pires Rodrigues e outros (6932 assinaturas) - «Pela valorização dos salários dos profissionais da PSP», já admitida na 1.^a Comissão;**

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PS;

- **Petição n.º 184/XIV/2.^a, da iniciativa de Telmo André dos Santos Gomes e outros (1735 assinaturas) - «Pelo regresso dos casamentos e cerimónias equiparadas», já admitida na 6.^a Comissão;**

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- **Petição n.º 185/XIV/2.^a, da iniciativa de António José Gonçalves Fonseca e outros (5742 assinaturas) - «Pela criação de um apoio financeiro do Estado para as empresas e empresários de bares, estabelecimentos de bebidas sem espetáculo e estabelecimentos de bebidas com ou sem espaço de dança», já admitida na 6.^a Comissão;**

Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

A propósito deste conjunto de petições, que haviam baixado com conexão à CTSS, a Comissão deu como boa a designação de relatores efetuada nas Comissões primacialmente competentes, decidindo-se de forma consensual não se proceder à elaboração de contributos sobre as mesmas.

6 - Deliberação sobre a admissão e designação do relator da Petição n.º 198/XIV/2.^a, da iniciativa de Bruno Miguel Neves Simões e outros (186 assinaturas) - «Pela alteração do



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.^a SL

regime de teletrabalho e respetivos apoios sociais»; Deputado relator: Grupo Parlamentar do PSD;

A petição em análise foi admitida por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do PCP e do CDS-PP. O GP do PSD indicou como relatora a Senhora Deputada Lina Lopes.

7 - Apreciação e votação de relatório preliminar sobre a Petição n.º 183/XIV/2.^a, da iniciativa da Associação Portuguesa de Sociologia e outros (1568 assinaturas) - «Garantir o acesso aberto e plural às atividades de ação e proteção social»; Deputado relator: João Pinho de Almeida (CDS-PP);

O Senhor Presidente deu conta que face à ausência do GP do CDS-PP e a um pedido anteriormente formulado, este ponto seria adiado para a próxima reunião da Comissão, não se tendo igualmente descortinado nenhuma oposição.

8 - Outros assuntos:

No âmbito do último ponto da Ordem do Trabalhos, o Senhor Presidente deu conhecimento que a audiência com a Comissão Nacional de Trabalhadores do Novo Banco, inicialmente agendada para aquele dia, seria concretizada na quarta-feira seguinte, 24 de fevereiro, pelas 10h, em formato de videoconferência, e tal como solicitado pela entidade requerente.

De seguida, o Senhor Presidente recordou que a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) havia perguntado por um hipotético agendamento da audição regimental da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) apazada para 22 de março, tendo ficado decidido que a mesma se deveria realizar até à primeira semana de abril. Nesse sentido, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) sugeriu que fosse o Governo a indicar a sua disponibilidade, o que mereceu a anuência dos presentes.

Por outro lado, o Senhor Presidente informou que a Semana Parlamentar Europeia: Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia e sobre o Semestre Europeu, coorganizada pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia da República, se realizaria por videoconferência

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.ª SL

a 22 de fevereiro, dando nota igualmente dos painéis, temas e oradores convidados e, bem assim, que as reuniões poderiam ser acompanhadas em direto por via eletrónica.

Por último, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) indagou sobre a realização de novas reuniões do Grupo de Trabalho – Audiências, em função dos pedidos entretanto recebidos, tendo o Senhor Presidente asseverado que seria contactado o Senhor Coordenador, Deputado Hugo Oliveira (PSD). A Senhora Deputada aproveitou ainda para questionar a possível apreciação de iniciativas relacionadas com as pessoas com deficiência no Grupo de Trabalho – Direitos das Pessoas com Deficiência, não se registando de igual modo nenhuma oposição ao demandado.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15:46 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de março de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 62/XIV/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sílvia Torres (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Carla Barros (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
José Moura Soeiro (BE)
Diana Ferreira (PCP)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Lúcia Araújo Silva (PS)
Mara Coelho (PS)
Martina Jesus (PS)
Carla Madureira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
